

A língua nheengatu e suas ortografias: questões técnicas e de política linguística

Wilmar da Rocha D'Angelis

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-7158-0482>

ABSTRACT: The article analyzes four different orthographies of the Nheengatu language, currently in use by speaking communities, in the Amazon, and in their schools. The work points out the weaknesses and eventual inconsistencies of each orthography adopted in the villages, and informs what principles and criteria oriented the definition of an orthography to be used in a specific project that involves an important communication and information resource: mobile phones. The text also points out outstanding problems in this specific orthography, which should be taken into account if, or when, the newly created Academy of the Nheengatu Language decides to discuss the issue of spelling standardization.

KEYWORDS: Nheengatu language; Yêgatú; General language; Spelling; Orthography.

RESUMEN: El artículo analiza cuatro ortografías diferentes de la lengua nheengatu, actualmente en uso en las comunidades de habla, en la Amazonia, y en sus escuelas. El trabajo señala las debilidades y eventuales inconsistencias de cada ortografía adoptada en los pueblos, posicionándose en favor de que ninguna de ellas puede ser defendida como la ‘mejor’ o la más justificada. A continuación, informa con qué principios y criterios se estableció una ortografía para ser utilizada en un proyecto específico que involucra un importante recurso de comunicación e información: los móviles inteligentes. El texto también señala problemas pendientes en esta ortografía específica, incluso las cuestiones sociolingüísticas que no se han tenido en cuenta en las ortografías hoy día en uso por los hablantes; problemas y cuestiones que deberán tenerse en cuenta si, o cuando, la recién creada Academia de la Lengua Ñe’engatú decidirse por discutir el tema de la unificación ortográfica.

PALABRAS CLAVE: Lengua Ñe’engatu; Yêgatú; Lengua general; Ortografía.

1. Introdução

Em meados de 2020, um pequeno grupo de falantes nativos de Nheengatu – professores, escritores e tradutores – enfrentou-se com um dilema: como traduzir, para o Nheengatu, a nomenclatura, os comandos, as instruções e informações em geral, que compõem toda a rotina de uso de um smartphone e de seus aplicativos? Além disso, sendo oriundos de diferentes regiões (Alto Rio Negro, Baixo Tapajós e Baixo Madeira) encontravam um outro problema: com que ortografia escrever tais traduções, uma vez que em cada uma daquelas regiões se usam ortografias diferentes?

O presente artigo trata da segunda das questões acima: quais são as diferentes ortografias em uso, pelas comunidades falantes de Nheengatu na Amazônia brasileira, para escrever sua língua? Em que bases estabelecer uma ortografia comum, quando uma circunstância o exige?

Já defendi, em outro lugar, que a “diversificação ortográfica não é, necessariamente, prejudicial à língua indígena ou à unidade de um povo”, ao mesmo tempo em que propus que, apesar disso, “unificação ortográfica deve ser sempre sugerida à avaliação das comunidades interessadas” (D’Angelis 2005: 33). Portanto, este não é um artigo para defender a unificação ortográfica do Nheengatu e, muito menos, para defender uma ortografia específica (aquela definida pelos tradutores do projeto *smartphone Motorola*) como a “melhor” ou “mais bem elaborada tecnicamente”. O que o presente estudo faz é uma análise das ortografias hoje em uso nas comunidades falantes e em suas escolas, apontando suas eventuais incongruências, e

informa com que princípios e critérios se estabeleceu uma ortografia para uso em um projeto específico envolvendo um importante recurso de comunicação e informação: o *smartphone*.

2. Da Língua Geral ao Nheengatu

Das mais de mil línguas faladas pelos povos originários das terras que hoje constituem o território brasileiro,¹ apenas uma meia dúzia foi contemplada, nos quatro primeiros séculos de colonização, com alguma ortografia, sempre para o uso de missionários (pelo menos até meados do século XIX).²

Uma daquelas línguas foi a Língua Geral da Amazônia. Curiosamente, aquele que se tornou o primeiro registro da língua adotada pelos jesuítas como Geral para sua catequese na Amazônia foi produzido fora dela, na missão dos Caetés (Nordeste do Brasil), pelo jesuíta Luís Figueira: *Arte de Gramática da Língua Brasília*, escrita em 1619-1620, e publicada em 1621, ano em que Figueira retornava ao Maranhão (onde já estivera 14 anos antes). Na segunda metade do mesmo século, outro jesuíta, João Felipe Bettendorff, foi responsável pela publicação de um *Compendio da Doutrina Christã na lingua portugueza e brasílica*, já vazado em uma variante da língua distinta de um “puro Tupi” de meio século antes. Em meados do século seguinte, jesuítas oriundos da Europa central tiveram breve passagem pelas missões da Amazônia, de modo que os registros linguísticos que fizeram, permaneceram em manuscritos (cf. Barros e Monserrat 2015), da mesma forma que dois dicionários compilados por jesuítas portugueses, em 1750 e 1771 (cf. Barros e Lessa 2004). Após a expulsão dos jesuítas dos domínios “de Portugal”, em 1759, coube a missionários franciscanos registrar vocabulários do *Brasiliano* na Amazônia (cf. Edelweiss 1969). O absoluto predomínio da Língua Geral como língua franca por toda a região Amazônica fez com que se produzissem outras ferramentas de uso prático, como é o caso do *Vocabulário da Língua Indígena Geral para uso do Seminário Episcopal do Pará*, impresso em Belém em 1853, de autoria do Pe. Manoel Justiniano de Seixas, que também escreveu um *Compêndio da Doutrina Cristã* (cf. Lima Schwade 2021).

Àquela altura, dos meados do século XIX, a língua geral começava a perder força no Pará e Amazonas, como consequência da repressão ao movimento da Cabanagem, uma revolta popular cuja base era a população ribeirinha, os *tapuios*, falantes daquela língua.³ O movimento, que chegou a tomar a capital do Pará, durou de 1835 a 1840, mas o preconceito e a repressão aos cabanos mantiveram-se por décadas (cf. Moreira Neto 1988).⁴ Foi esse contexto histórico e, depois dele, o *boom* do ciclo da borracha, na segunda metade do século XIX, que causaram a perda de hegemonia linguística da língua geral, na Amazônia, em favor

¹ Segundo Aryon Rodrigues (1993), o atual território do Brasil abrigava, em 1500, cerca de 1.175 línguas. D'Angelis (2019), revisando o texto genial de Rodrigues, refaz a estimativa para 1.215 línguas.

² Refiro-me às línguas em que missionários produziram catecismos, e eventualmente, gramática e vocabulário, com foi o caso do Tupi da costa atlântica, do Guarani no Sul, do Kariri no Nordeste, e mesmo do Gualachos (Jê Meridional) e do Maromomis, ainda que dessas duas últimas não se tenham preservado os documentos. Não se incluem, nesse caso, os registros de vocabulários por viajantes e naturalistas, do século XIX, uma vez que nenhum deles se destinava a publicações de textos na língua nativa, para uso junto aos indígenas, muito menos ao uso pelos próprios falantes.

³ Diz uma estimativa sobre o número de cabanos mortos na repressão ao movimento: “*Calculamos que mais de trinta mil homens foram imolados ao furor da demagogia e à reação dos emissários do governo*” (Raiol – *apud* Moreira Neto 1988: 95). Essa estimativa, contudo, pode ser tomada por conservadora, uma vez que a autoria é de um político cujo pai foi executado pelos cabanos na Vila da Vigia, juntamente com os demais vereadores do lugar.

⁴ Como bem observou Moreira Neto (1988: 75-76), “*a ação contra a Cabanagem assumiu, desde o início, o caráter de uma cruzada civilizatória de forças coloniais, nacionais e estrangeiras, contra os nativos rebeldes*”. É também ele quem informa – baseado no relato do naturalista italiano Gaetano Osculati – que “*oito anos depois de finda a Cabanagem*”, ainda se “*registrava a presença frequente de pessoas fugidas, deslocadas e famintas ao longo do Amazonas*” (Idem, p. 87).

do português (ver Freire 2004: 179-183), e não – como, equivocadamente, alguns pesquisadores têm sustentado – as disposições do Diretório Pombalino, de 1757. Voltado a solapar o poder e a ascendência dos jesuítas sobre a população indígena, o Diretório referia-se à língua geral como “*invenção verdadeiramente abominável e diabólica*”, estabelecida para que, “*privados os Índios de todos aqueles meios que os podiam civilizar, permanecessem na rústica e bárbara sujeição*”; por isso determinava que, nas Povoações (antigos Aldeamentos) os Diretores estabelecessem “*o uso da Língua Portuguesa, não consentindo de modo algum que os meninos e meninas que pertencerem às escolas, e todos aqueles Índios que forem capazes de instrução nessa matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral, mas unicamente da portuguesa*” (Moreira Neto 1988: 168-169). Como lei que era, o Diretório não tinha poder sobre os usos da língua, mas apenas sobre seu ensino e sobre um aparato repressor dentro das povoações, nunca nas aldeias ou sobre as povoações ribeirinhas. Como o Diretório mandava estimular, também, a miscigenação (por isso Aldeamentos foram transformados em Povoações), seus efeitos deletérios sobre a língua geral foram mais consequência da mestiçagem do que da proibição de uso, e tais efeitos foram muito mais efetivos nas povoações do Nordeste, por haver já uma considerável população não indígena na região,⁵ mas pouco afetando as povoações e, principalmente, a língua na Amazônia.⁶

O último quartel do século XIX abriu um novo período para o conhecimento e o registro da Língua Geral Amazônica, já não mais voltado aos interesses missionários. Em 1876, com a publicação “O Selvagem”, o General Couto de Magalhães não apenas deu à luz um primeiro método de aprendizado de uma língua indígena brasileira (muito distinto das tradicionais *Artes de Gramática*), como introduziu, na literatura, a denominação *Nheengatu* para aquela língua geral. Seus fins não eram missionários, mas tampouco propriamente científicos: visava a formação de intérpretes para, por meio deles, promover a “assimilação do selvagem”. Além do método, já riquíssimo em exemplos de uso, a obra de Couto de Magalhães incluía 23 narrativas tradicionais registradas em *Nheengatu*.

Certamente o livro de Magalhães serviu de estímulo a pesquisadores da vida amazônica, desejosos de registrar aquela língua que (ainda) era a própria imagem da Amazônia, e de seu contexto cultural.⁷ Nasceram, assim, as importantes obras do final do séc. XIX e início do XX, a saber:

- *Poranduba amazonense, ou kochiyima-uara porandub, 1872-1887*, de João Barbosa Rodrigues (1890),⁸ seguido do seu *Vocabulário indígena comparado para mostrar a adulteração da língua (complemento do Poranduba Amazonense)*, de 1892.

- *La leggenda dell’Jurupary*, de Ermano Stradelli (1890).

- *Lendas em Nheengatu e em Português*, de Antonio Brandão de Amorim (1928).

⁵ Sobre os efeitos do Diretório Pombalino nos aldeamentos do Nordeste, transformados em *vilas*, veja-se, por exemplo, Silva (2005: 80ss).

⁶ Autores que indicaram o Diretório Pombalino como responsável pelo desuso da Língua Geral jamais aduzem documentação ou fatos históricos registrados que comprovem aquela interpretação, o que soa como uma visão idealista da história, pela qual a existência de um documento que diz “*faça-se isso*”, corresponde à realização real, como fato histórico, do que se mandou fazer. Nossa interpretação de que o declínio da LG na Amazônia teve início com a repressão à Cabanagem (seja pelos milhares de mortos que provocou, seja pelo temor que gerou para aqueles que podiam ser identificados como *tapuios cabanos*), e completou-se com a migração de milhares de nordestinos para o mais profundo interior da Amazônia, por conta do ciclo da borracha, é uma hipótese bem sustentada, centrada em uma interpretação materialista da história.

⁷ Lembremos que a partir da década de 1870, milhares de famílias nordestinas migraram para a Amazônia, no ciclo da borracha, o que foi, aos poucos, transformando a paisagem linguística e cultural da região.

⁸ Barbosa Rodrigues declara dois motivos que o levaram a reunir e publicar os contos em língua geral: *um, para que completamente não desapareçam e mostrem o estado intelectual da raça; outro para fazer ver como a antiga língua geral se tem modificado e como é ela hoje falada*” (Rodrigues 1890, p. II).

- *Vocabulários da língua geral português-nheêngatú e nheêngatú-português, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatú poranduua*, de Ermano Stradelli (1929).

Do mesmo período, vale destacar um trabalho distinto, que não é de registro de contos, nem vocabulário, mas um estudo da fonética da Língua Geral Amazônica, pelo mesmo João Barbosa Rodrigues, que assina dois dos trabalhos mencionados acima. Trata-se do artigo: *A Língua Geral do Amazonas e o Guarany: observações sobre o alfabeto indígena* (1888). O artigo peca por algumas hipóteses de mudanças históricas que não se sustentam (como dizer que o Nheengatu mudou *h* para *s*, por obra dos portugueses), mas é de grande valia no que se ocupa de informação sobre pronúncia de variantes do Nheengatu no Amazonas e no Pará naquele tempo. O texto dedica nada menos do que 26 páginas à pronúncia do “alfabeto” adotado por ele para a escrita da língua geral.

A começar pelos jesuítas do século XVII, passando pelos franciscanos do século XVIII, até chegar aos registros elencados acima, cada um daqueles anotadores ou pesquisadores desenvolveu sua ortografia prática da língua, atendendo às suas idiossincrasias. Além daqueles há que citar ainda, o poeta Gonçalves Dias, autor de um *Diccionario da Língua Tupy, chamada Língua Geral dos indígenas do Brazil* (1858), e Charles Frederick Hartt, autor de *Notes on the Lingoa Geral or Modern Tupí of the Amazonas* (1872). Como veremos a seguir, nenhuma daquelas ortografias é empregada, atualmente, pelos falantes nativos do Nheengatu (à exceção – e com algumas adaptações – a escrita do Nheengatu do Baixo Madeira, que os falantes costumam chamar de Nheengatu Tradicional).

3. Ortografias correntes do Nheengatu

O núcleo deste artigo (esta seção e as próximas duas) são estudos elaborados pelo autor para subsidiar um grupo de tradutores da língua Nheengatu, do Amazonas e Pará, no trabalho de tradução e transliteração de textos, nomenclaturas e nomes para configuração, nessa língua indígena, de uma linha de smartphones da empresa Motorola.⁹

O principal objetivo daquele breve estudo foi garantir que cada um dos tradutores (que representavam 3 diferentes usos ortográficos) estivesse convencido de que nenhuma das ortografias ora em uso para o Nheengatu é, de um ponto de vista puramente linguístico, melhor do que as demais. Mostrou-se importante enfatizar isso, inclusive para contrariar afirmações de pessoas de fora das comunidades falantes – interlocutores deles em alguns espaços virtuais, e que os falantes nos reportavam – com pouca ou inconsistente formação linguística, que defendiam, perante os falantes do Nheengatu, uma ou outra forma como “melhor” ou “mais certa”. O texto concluía com uma proposta de ortografia para uso no projeto da Motorola, explicitamente afirmando-se não se tratar nem de uma proposta para unificar as ortografias existentes, muito menos uma proposta que fosse linguisticamente “mais correta” que as demais atualmente em uso.

O quadro da página seguinte sistematiza os alfabetos empregados em 5 diferentes ortografias. Nas colunas referentes ao Alto Rio Negro, Ortografia 1 é a que corresponde ao uso

⁹ O trabalho de tradução e revisão dos conteúdos de smartphone para o Nheengatu foi realizado por uma equipe composta por: Edison Cordeiro Gomes, Ozias Yaguarê Yamã G. de Oliveira Aripunãguá, Cauã Nóbrega da Cruz, Luzineia Albino de Menezes, Michéli Carolíni de Deus Lima Schwade, Mateus Coimbra de Oliveira. O trabalho foi realizado ao longo do segundo semestre de 2020, e os smartphones da linha G10 da Motorola foram lançados, na Europa e no Brasil, em março de 2021. Em paralelo, a mesma equipe de falantes produziu a tradução para os milhares de termos que compõem, no UNICODE, o CDLR – Common Locale Data Repository. Os estudos referidos no artigo estão registrados nas Referências: D’angelis 2020a, 2020b, 2020c. A reflexão e conhecimentos acumulados nessa experiência serviram a um novo projeto, iniciado em 2022 (D’Angelis 2022).

mais corrente na região, enquanto Ortografia 2 identifica um padrão ortográfico de uso mais restrito, na mesma região, mas que foi empregado em publicação da escola Kariamã, do Baixo Içana. Já a ortografia identificada por “G. Stefani” (Giancarlo Stefani, docente da UFAM, falecido em 2020) só se encontra empregada em publicação do próprio pesquisador, não sendo atestada como ortografia adotada por falantes nativos.

Quadro I-A:

Comparativo entre alfabetos empregados na escrita do Nheëgatu / Yëgatú

Alto R. Negro Ortogr. 1	Alto R. Negro Ortogr. 2	G. Stefani	Baixo Tapajós	Nova Olinda ("tradicional")	Alfab. Fonético Internacional
CONSOANTES					
B	B	B	B	B	b
D	D	D	D	D	d
G	G / GU	G	G	G	g
K	K	K	K	K	k
---	---	KW	---	---	k ^w
M	M	M	M	M	m
N	N	N	N	N	n
---	NH	NH	NH	NH	ɲ
P	P	P	P	P	p
R	R	R	R	R	r
S	S	S	S	S / Ç	s
T	T	T	T	T	t
W	W	W	W	W	w / ⁹ w
X	X	X	X	X	ʃ
Y	Y	Y	Y	Y	j
aceitas em empréstimos					
---	---	---	---	H	h
F	---	---	---	---	f
J	---	---	J	---	ʒ
L	---	---	---	---	l
Z	---	---	Z	---	z

Quadro I-B:

Comparativo entre alfabetos empregados na escrita do Nheëgatu / Yëgatú

Alto R. Negro Ortogr. 1	Alto R. Negro Ortogr. 2	G. Stefani	Baixo Tapajós	Nova Olinda ("tradicional")	Alfab. Fonético Internacional
VOGAIS ORAIS					
A / Á	A / Á	A / Á	A / Á	A / Á	a , æ
E / É	E / Ê / Ê	E / É	E / É	E / É	e / ε
I / Í	I / Í	I / Í	I / Í	I / Í	i
---	O / Ó / Ô	Ó	O / Ó *	O / Ó	o / ɔ
U / Ú	U / Ú	U / Ú	U / Ú	U / Ú	u
---	---	---	---	Y	ï

Alto R. Negro Ortogr. 1	Alto R. Negro Ortogr. 2	G. Stefani		Baixo Tapajós	Nova Olinda ("tradicional")
VOGAIS NASAIS					
Ã	Ã / AN / AM	Ã	Ã	Ã	ẽ
Ê	EN / EM	Ê / EN / EM	Ê	Ê (Ê)	ê
Ĩ	IN / IM	IN / IM	Ĩ	Ĩ	ĩ
Û	UN / UM	Û / UN / UM	Û	Û	ũ
---	---	---	---	Õ	õ

(*) Nessa ortografia essa vogal só é registrada em nomes próprios, como Borari e Tapajós.

Adiante, por simplificação, usaremos ARN para “Alto Rio Negro”, BTP para “Baixo Tapajós” e NO/NBA para “Nova Olinda” / “Nhêëgatú do Baixo Amazonas” (nome que também usam, ao lado de *Nheengatu Tradicional*).¹⁰

As ortografias de autores (não nativos) do século XIX e das primeiras décadas do século XX não foram consideradas para formulação do Quadro I, e apenas marginalmente o serão na discussão a seguir, tanto pelo fato de serem igualmente tão deficientes quanto as demais, mas principalmente, pelo fato de não serem as que estão em uso nas comunidades atualmente.

Sistematização dos sistemas fonológicos “pressupostos” nos alfabetos:

Quadro II: Sistema Fonológico Consonantal

Possível sistema consonantal original

p	t		k	k ^w
mb	nd			
m	n			
	s			
v	r	j	w	

Sistema atual

p	t		k	
b	d		g	
m	n	ɲ		
	s	ʃ		
	r	j	w	

No provável sistema original, a consoante nasal [ɲ] não passava de realização fonética de uma consoante aproximante /j/ em contexto de vogal nasal, conforme se pode ver na análise pioneira da fonologia do Tupinambá por Aryon Rodrigues (1958: 119).¹¹ Seguem-se exemplos:

¹⁰ Associamos **ARN 1** à publicação “*Yasú Yapurũgitá Yêgatú*” e a Pacheco et al. 2013; **ARN 2** a “*Escola Kariamã conta/umbuesá*” (na grafia “*mais comum entre os falantes baniwa de Assunção*”, aldeia do Içana); **BTP** a “*Nheengatu Tapajowara*” e a Cruz & Ferreira 2020; **NO / NBA** a YAMÃ ET AL., 2018. Ver Referências.

¹¹ Na análise de Aryon, na posição palatal o Tupinambá possui um fonema “/y/, *das drei Allophone umfasst: [y] im An- In- und Auslaut, [ž] im An- und Inlaut und [ñ] auch im An- und Inlaut*” (Rodrigues 1958: 119). Rodrigues também não reconstrói fonema palatal nasal para o Proto-Tupi, nem para o Proto-Tupi-Guarani (cf. Rodrigues 2007: 172). Conhecidas análises das principais línguas da família Tupi-Guarani (à qual pertence o Tupinambá), igualmente não postularam um fonema nasal palatal, e interpretam o fone [ɲ] como nasalização de um fonema /j/: Daniele Grannier Rodrigues (1990) para o Guarani Antigo; Yonne Leite (1995) para o Tapirapé; Lucy Seki (2000) para o Kamaiurá; Consuelo Costa (2010) para o Nhandewa-Guarani; Ivana Ivo (2018) para quatro dialetos indígenas do Guarani no Brasil. Todas coincidem, nesse aspecto, com minha análise do Tupinambá registrado pelo Pe. Figueira (1621). Registre-se também que, no Nheengatu de São Gabriel da Cachoeira (AM), Luiz Borges (1991) também não encontrou um fonema nasal palatal. No Nheengatu atual, Aline da Cruz (2011: 52) considerou a existência de um fonema nasal palatal /ɲ/; porém, tal análise está apoiada em uma interpretação equivocada sobre suposta oralidade de uma vogal formando sílaba com aquele fone.

Ortografia ARN 1	Fonologia	>	Fonética	Ortografia ARN2 e BTP
“kuyã”	/kujã/	>	[ku'jɐ̃]	“kunhã”
“mãya”	/mãja/	>	[mɛ̃jɐ̃]	“manha”
“Yêgatú”	/jeê+katu/	>	[jêêŋgatu] ~ [jêêŋgatu]	“Nheengatu”, “Nheêgatu”

Nesse ponto, a grafia de ARN1 (à esquerda) é mais fiel à fonologia, reconhecendo na forma fonética (isto é, na pronúncia) de “nh”, a presença fonológica de um “y”, letra que, no alfabeto de ARN 1, representa uma consoante aproximante palatal (corresponde ao [j] do IPA, o Alfabeto Fonético Internacional). No entanto, no caso da última palavra dos exemplos acima, a mesma ortografia (como as demais) deixa de reconhecer que o [g] também é apenas realização fonética de uma velar surda /k/, quando antecedida de vogal nasal. A terceira palavra dos exemplos acima revela outro aspecto que diferencia a escrita de ARN1 em relação às demais (ARN2, BTP e NO/NBA): em ARN1 a palavra para “idioma” se escreve com uma única vogal < ê >, enquanto as outras grafias registram duas vogais: *nheen*, *nheê* (e *nhêê*, em NO/NBA). Aqui se está diante de uma diferença dialetal, que coloca uma questão óbvia para qualquer proposta de unificação ortográfica: no caso específico, não é possível adotar a forma usual daquela palavra em ARN1 (ou seja, “yê” ou mesmo “nhê”) para uso nas demais variantes, nas quais a palavra conta com duas vogais.

Por seu turno, a ortografia do Baixo Tapajós (BTP), que emprega “nh” em muitas palavras (ex.: “kunhã” = *mulher*; “manha” = *mãe*), em outras adota a representação do fonema disparador do processo fonológico, como em “yãdú” = *aranha*, “yãdé” = *nós*. Ou seja, é inconsistente com relação ao fonema /j/ (= “y”) e suas realizações.

A ortografia adotada no “Nhêêgatu tradicional” (NO/NBA) é a única das escritas em uso nas comunidades em que se emprega o < ç >, como se pode ver no Quadro I-A. Assim, encontram-se em seus materiais, formas como: *çaibé*, *çaiçú*, *çacuçawa*, *puçá*, *puçãga* etc. O texto de Yamã et al. (2018: 14) que justifica essa opção, diz: “É indispensável o uso da letra “ç” em lugar do “s” quando anteceder a, ã, e, ê, u, ã. E o uso a letra “s” antes de i, ã, o, ô.” (a afirmação se repete em Yamã et al. 2020). Infelizmente, essa é uma sistematização inconsistente: não existe nenhum traço fonético ou fonológico que associe as vogais “i” e “o”, e exclua “u”; portanto, não há justificativa para uma regra que reúna aquelas duas vogais, em oposição a “u” (Note-se que, se as vogais altas do sistema vocálico daquele dialeto fossem “i” e “o” – sem que ocorresse também “u” –, estaria justificado seu agrupamento em uma classe). Para o som de [s], Gonçalves Dias e Couto de Magalhães usavam “ç” diante de “a, o, u”, empregando “c” diante de “e, i” (distribuição que segue o emprego de “ç” por Anchieta, em sua *Arte*). Stradelli também usava o “c” diante de “e, i”, mas diante de “a, o, u” empregava “s”. Tastevin (1922) empregava apenas o “s”.

Ao que parece, parte da justificativa do adjetivo “tradicional” (em *Nhêêgatu tradicional*) se relaciona a decisões ortográficas como essa, de emprego do “ç” na linha de Anchieta e demais jesuítas dos séculos XVI e XVII. É importante lembrar, porém, que em Anchieta (1595, f. 1), a escolha pelo “ç”, descartando o emprego do “s”, deveu-se ao fato de que, na língua portuguesa de então, as letras “s” e “ç” representavam fonemas diferentes (que opunham palavras como *passo* x *paço*).¹² Anchieta considerou que, dentre aquelas duas

¹² “Sabemos que a actual distinção gráfica entre <c, ç e z> e <s, ss> que encontramos, por exemplo, em *paço* / *passo* e *cozer* / *coser* correspondia no português antigo a uma distinção fonética (sic): o <ç> de *paço* soava [ts] e os <ss> de *passo* [s]; o <z> de *cozer* [dz] e o <s> de *coser* [z]. Esta pronúncia apical de <s, ss> pode ser ouvida, ainda hoje, nas Beiras: é o que chamamos o s beirão, que não faz parte da norma do português, sendo um traço dialectal e o testemunho vivo de uma antiga característica geral do português” (Cardeira 2009: 21). Essa informação, sobre os distintos valores de <ç> e <s>, presentes no Português à época de Anchieta (e preservada, em regiões de Portugal até o século XX) é facilmente encontrável em outros trabalhos de

consoantes que ocorriam no Português, a que tinha pronúncia mais próxima da consoante do Tupi era aquela representada pelo “cê cedilha” (ç); minha pesquisa sugere que se tratava, efetivamente, de uma africada: [ts] (uma conclusão contrária à de Edelweiss 1947: 85-86 – muito embora tenha sido aquele autor quem primeiro chamou a atenção para a questão).

Por fim, ainda tratando dos grafemas, registre-se que *todas* as ortografias em uso, para o Nheengatu, grafam vogais médias abertas (“é” = [ɛ], “ó” = [ɔ], sendo que a segunda só não ocorre em ARN1), que são apenas realização fonética das vogais não-altas do sistema vocálico do Nheengatu, como se mostra nos quadros a seguir.

O quadro menor (à esquerda) apresenta o real sistema vocálico oral do Nheengatu, que é um sistema quadrangular em que se opõe 2 vogais altas a 2 vogais não-altas, e 2 vogais anteriores a 2 vogais posteriores.

Quadro III: Fonemas vocálicos Orais

Sistema quadrangular		Apresentação (errada) em teses sobre a língua		
i	u	i		u
e	a	e		
			a	

Já o quadro da direita mostra a forma como (o inventário de) vogais orais do Nheengatu costumam ser representadas em dissertações (v. Borges 1991) e teses (v. Cruz 2011), em que se usam categorias fonéticas para uma representação fonológica (uma deficiência do modelo de análise adotado, a chamada “Fonêmica”).

Há, porém, ao menos dois dialetos sobreviventes em que o número de fonemas vocálicos se iguala ao da língua Tupinambá, a proto-língua das distintas variantes do Nheengatu. O primeiro é o dialeto chamado “Nhẽẽgatú Tradicional”, ou NBA – Nheengatu do Baixo Amazonas. O segundo é o dialeto ainda preservado em uma família do Médio Amazonas, na região do Rio Andirá, registrado na tese de Michéli Lima Schwade (2021). Naqueles dialetos, o sistema vocálico oral é assim organizado:

Quadro IV: Vogais orais
(Baixo Amazonas e “Tupi” do Andirá)

i	ĩ	u
e	a	o

Consideremos, agora, as regras de acentuação gráfica adotadas em cada uma das ortografias correntes.

Em ARN1 observa-se a acentuação gráfica é obrigatória em sílaba final tônica, como se pode ver em: *yapurũgítá*, *akará*, *sikué*, *mayé*, *mirí*, *awí*, *yasú*, *sarapú*. Ocorre que a maioria das palavras do Nheengatu é oxítônica, por herança do que foi a regra de acento (proeminência silábica), meramente demarcatória, da proto-língua: *acentua-se a última vogal da raiz*. Há na língua, no entanto, também um grande número de palavras paroxítonas, um bom número delas devido à incorporação, na raiz lexical de muitas palavras, do morfema {-a}, com função argumentativa, que no Tupinambá era sufixado na sintaxe. Assim sendo, palavras que no Tupinambá seriam analisadas como, por exemplo, *ũbuesar-a*, no Nheengatu incorporaram o morfema final à raiz: *ũbuesara*. Outros exemplos: *surisawa*, *resewara*, *kurupira*, *raíra* etc. A praxe, por razões lógicas, é que o elemento previsível não receba marcação. É o que acontece com a esmagadora maioria de palavras da língua portuguesa, cujo acento previsível marca a

pesquisadores portugueses. O único reparo a fazer, no texto de Carneira, é que se tratava de uma diferença fonológica, ou não estaria registrada na escrita desenvolvida por falantes nativos.

penúltima sílaba (paroxítonas), razão pela qual, todas as oxítonas e proparoxítonas é que são graficamente acentuadas nessa língua. O fato de que a ortografia do Yêgatú do Alto Rio Negro, em ARN1, marque graficamente as oxítonas, que são a maioria das palavras, indica que essa ortografia não foi pensada do ponto de vista dos falantes nativos, talvez por considerar uma realidade sociolinguística na qual uma parte muito significativa das comunidades que usariam tal padrão de escrita não seja falante nativa da língua Nheengatu. Nesse caso, seriam falantes de português como primeira língua e, por isso, alfabetizados em língua portuguesa. Isso explicaria por que as palavras paroxítonas, mesmo não constituindo a maior parte do léxico, são aquelas não marcadas por acentuação gráfica naquela ortografia. Infelizmente, no entanto, a solução encontrada não favorece efetivamente os alfabetizados em português, uma vez que a regra adotada acentua igualmente palavras oxítonas terminadas em “i” e em “u”, que nas regras de acentuação da língua portuguesa, não recebem acento (ex.: urubu, caqui, Bauru, ali, abacaxi etc.). Isso significa que o falante nativo de Nheengatu, ao alfabetizar-se com essa ortografia, precisa lembrar de colocar acento gráfico naquelas palavras que, obviamente, para ele, são oxítonas, e lembrar de não colocar acento gráfico naqueles que, para ele, são menos comuns no padrão da língua. Já os falantes nativos de português, alfabetizados nessa língua, e que aprendem a escrever em Nheengatu, precisarão estar atentos a que, apesar de se parecer com as regras de acentuação do português, a acentuação em Nheengatu, em ARN1, exige acento agudo também nas palavras terminadas em “i” e “u” tônicos. A quem já tenha trabalhado com alfabetização em contextos de bilinguismo, não é preciso mais do que isso para deduzir os problemas que essa solução traz às crianças e jovens; ou esquecerão de acentuar as terminadas em “i” e “u” na escrita do Nheengatu, ou acentuarão palavras desse tipo em português. Ou as duas coisas, quando a distinção não chega a ser tão clara.

Para a escrita do “Nhêëgatú Tradicional”, da região de Nova Olinda (NO/NBA), isto é, do “Baixo Amazonas” (de fato, do Baixo Madeira), o *Dicionário* já mencionado anteriormente (Yamã et al. 2018, 2020) traz uma página com regras de acentuação. Semelhante à ortografia ARN1, também estabelece acento gráfico para todas as palavras oxítonas, incluindo as terminadas em “i” e “u”, mas excetuando as terminadas em “y”. A regra cria, pois, um complicador a mais com respeito ao já discutido caso de acentuação do grupo majoritário de palavras. Uma particularidade dessa ortografia é a percepção de que, palavras terminadas em “i” ou “u” átonos, poderiam ser pronunciadas como oxítonas por falantes nativos de português alfabetizados nesta língua, como por exemplo, *kiri*, *yuirí*, *yupiri*. Nesses casos, portanto, aquela ortografia determina acentuação da penúltima vogal: *kíri*, *yuírí*, *yupírí*. Da mesma forma, adota-se acentuação gráfica como elemento diferencial, mesmo que redundante: *míra* x *mirá*; *píra* x *pira* x *pirá*.

No Nheëgatú Tapajowara adotam-se regras semelhantes às de ARN1, com os mesmos problemas. E como na escrita do Baixo Amazonas (NO/NBA), emprega-se o recurso de acentuar paroxítonas que terminem em “i” ou “u”: *muírí*, *muatírí*, *musapírí*, *kapuámu*. Qualquer que fosse a regra com respeito à acentuação das oxítonas, esse acento nas paroxítonas é necessário e recomendável para uma ortografia que seja de uso em comunidades nas quais haja alto índice de “perda” linguística (com respeito à língua ancestral) e de alfabetizados em português.

4. Princípios e critérios para uma ortografia em comum

Todas as observações acima deixam claro uma coisa: *nenhuma das ortografias, hoje em uso, para o Nheengatu é totalmente coerente e consistente, ou representa a opção mais adequada considerando os usuários previsto para elas. E nenhuma delas é mais fonológica ou menos fonética* do que as demais.

Não significa que desejo defender, aqui, uma escrita fonológica pura. Na verdade, por razões várias, não acho isso viável para o Nheengatu. Apenas pretendo destacar que *não se*

pode usar esse critério (de maior acuidade linguística, ou de maior aproximação ao sistema fonológico) *para argumentar em favor de qualquer uma das escritas existentes*. Nenhuma delas é coerente, e nenhuma deles está mais embasada em análise linguística do que as outras. O que nos levou a buscar outros critérios para estabelecer qual seria a ortografia a adotar *para fins do trabalho de inscrição da língua nos sistemas de TICs* (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Propusemos os três princípios e os três critérios seguintes:

Princípio 1 – Ao adotarmos determinada solução, ela seja empregada de modo coerente em todo o léxico, por meio de regra. As regras podem ser gerais ou ser condicionadas por contextos diferentes.

Exemplo: a partícula de plural {itá} / {etá} é tipicamente um clítico, ou seja, uma palavra independente, mas que se agrega a uma outra palavra formando um grupo de acento. As línguas tratam isso de diferentes formas: ou escrevem separado, como palavra independente (como o caso de nossas preposições átonas: *de casa, em casa...*), ou escrevem com hífen, ligando-a à palavra maior (como nossos pronomes reflexivos: *formou-se, cortei-me ...*) ou, como faz o espanhol, une o elemento clítico à palavra (*decirte, hablarme ...*). Então, essas já são 3 opções para a marca de plural Nheengatu. Mas há ainda uma 4ª possibilidade, uma regra condicionada por contexto: palavras terminadas em vogal acentuada, receberiam hífen quando a elas se juntar a marca de plural (como: *kurumĩ-itá, payé-itá ...*), mas palavras não terminadas em vogal acentuada, receberiam aquela marca sem usar o hífen (como *Anamaitá, ãgawaraitá, rapuitá ...*).

Princípio 2 – Nos casos em que esteja claro um uso em comum na maioria das ortografias existentes, optaremos por seguir a maioria, obedecendo, porém, o que estabelece o Princípio 1.

Esse princípio buscou valorizar as soluções que a maioria dos que escrevem em Nheengatu adotaram, e tinha a vantagem de também favorecer o trabalho de tradutores, considerando que, sempre que possível, estariam empregando formas (letras, regras) que a maioria já segue. Como o próprio texto do Princípio 2 ressalva, ainda que se adote uma opção que seja bastante geral (a mais usadas nas diversas ortografias), cuidaremos para dar a ela um uso coerente, uma vez que às vezes as ortografias não são.

Princípio 3 – Manter fidelidade às formas morfológicas, quando se trate de flexão (plural nos nomes), mas admitindo-se alterações na forma das raízes em casos de derivação.

Exemplos:	<i>kunhã > kunhã-itá</i>	(mulher > mulheres)
	<i>parawá > parawá-itá</i>	(papagaio > papagaios)
	<i>kíri > kirisawa</i>	(dormir > quem, ou o que faz dormir)
	<i>yepé > yepesawa</i>	(um > primeiro)
	<i>mbué > mbuesara</i>	(ensinar > aquele que ensina)
	<i>kíri > amungíri / amunguíri</i>	(dormir > faço dormir)

Nos dois primeiros exemplos, a raiz original não sofre alteração (lembrando que “itá” também pode ser escrito separado, sem hífen, dependendo da decisão tomada para a ortografia); mas nos outros exemplos, que são casos de derivação, há no mínimo uma pequena mudança: o acento na vogal da raiz deixa de ser usado na palavra derivada. Ou, no caso do último exemplo, uma mudança morfofonológica que muitas vezes acontece nas formas causativas (os verbos que recebem o prefixo “mo”) acaba sendo registrada na escrita. No caso

do exemplo acima, em vez de escrever *amunkíri* (a + mũ + kírí), escreve-se a forma da pronúncia: *amungíri*.

Critério 1 – Preferência pelas formas que possam ser alteradas por comando automático único, quando se desejar criar um vocabulário para um 2º dialeto (uma 2ª ortografia).

Devemos lembrar que a ortografia que nos propúnhamos definir naquele trabalho *não era e não pretendia ser a ortografia “oficial”* do Nheengatu, nem pretendíamos apresentá-la como *a melhor ou mais correta ortografia* para esta língua. Seria *uma ortografia de trabalho*. E como, esperávamos, uma vez que o Nheengatu já tenha se tornado uma língua credenciada, reconhecida e inserida nos sistemas operacionais, ampliar isso para admitir distintos dialetos seria útil e, se houvéssimos planejado bem a primeira inserção, aquela ampliação poderia ser facilitada.¹³

Critério 2 – Evitar profusão de diacríticos, buscando aplicar apenas um acento gráfico em cada palavra (sempre que possível), a não ser que sejam termos compostos contendo hífen. Havendo necessidade de dois acentos gráficos, um deles sempre será a marca de nasalidade (til: ~).

A necessidade de palavras com uma marca de nasalidade em uma vogal (o til: ~) e uma marca de tonicidade em outra vogal (um acento agudo) só existe no Nheengatu por conta de mudanças sofridas, ou na pronúncia, ou – mais provavelmente – por conta das formas ortográficas adotadas. Vejamos um exemplo:

As formas que hoje estão sendo escritas como “*yané*” (traduzido por “*nosso/a*”) e “*yãdé*” ou “*yandé*” (traduzido por “*nós*”), todas elas correspondem à mesma forma fonológica subjacente: /jãnde/. Foneticamente, a pronúncia dessa palavra era [jẽ̃ndɛ] ou [ɲẽ̃ndɛ] = “*nhandé*”: a vogal final era mais aberta (na pronúncia) por ocorrer na sílaba tônica (como acontece, ainda hoje, em várias línguas Tupi, como por ex., em Guarani); já a primeira vogal, “a”, era nasalizada pela consoante complexa /ñd/, ou mais propriamente, pela margem esquerda (“n”) daquela consoante, e essa nasalização atingia também a consoante /j/ inicial, que passava a soar quase como [ɲ] = “nh”.¹⁴ Com essa mesma palavra se podiam dizer coisas como as dos exemplos abaixo (onde a forma em *itálico> é a forma da pronúncia, ou seja, uma forma fonética):*

jañde	ja + karu	= <i>nhandé yakarú</i>	jañde + uka	= <i>nhandé ruka</i>
jañde	+ mǎduári	= <i>nhanẽmǎduári</i>	jañde + jeẽ	= <i>nhanẽnheẽ</i>

É fácil perceber que *nhandé* se torna *nhanẽ* quando se liga a uma palavra nasal (que pode ser um verbo, como *mǎduári*, ou um substantivo, como *nheẽ*). A mesma transformação acontece com o prefixo “*ya*” (de 1ª pessoa do plural); estando ligado a um verbo oral, como *karú* ou *watá*, sua pronúncia é mesmo [ja] (ou [d̥ʒa], conforme a língua ou o dialeto), portanto: *yakarú*, *yawatá*. Mas estando ligado a um verbo nasal, a pronúncia desse prefixo é próxima de [ɲa] = “*nha*”, como em *nhanupá*, *nhamunhã*.

¹³ O inglês, por exemplo, possui mais de uma variante disponível nos sistemas das TICs.

¹⁴ Para os ouvidos não treinados de um falante de português (e na pronúncia do Nheengatu por falantes nativos do Português) a nasalização da aproximante palatal /j/ soa muito semelhante a [ɲ], mas rigorosamente não se trata da mesma coisa, uma vez que a aproximante nasalizada continua sendo uma aproximante, não uma consoante nasal plena (não é uma *nasal stop*, para lembrar a fórmula inglesa).

Portanto, se fôssemos adotar uma escrita estritamente fonológica (e escolhendo a letra “y” para representar a aproximante /j/), a palavra Nheengatu para dizer “nós”, e também “nosso/a”, seria escrita *yandé*; e no caso de se optar pela escrita fonética, seria grafada de duas formas: *nhandé*, diante de palavra oral, e *nhanẽ*, diante de palavra nasal. Ou seja, as formas que menos se justificariam seriam justamente *yãdé* e *yané*.¹⁵

Vamos assumir, portanto (ainda que isso possa ser um erro de análise) que a língua reinterpretou as pré-nasalizadas *mb* e *nd* como simplesmente *b* e *d*, e que as vogais que eram nasalizadas pela consoante seguinte, atualmente foram reinterpretadas como autênticas *vogais nasais* (adiante retomaremos essa questão). Somado a isso está o fato de que todas as ortografias atuais preferem marcar as vogais tônicas mais abertas (“é” e “ó”), ainda que isso seja apenas um fato fonético (nisso, a língua não mudou em relação ao século XVII). É por isso que se criam palavras necessitando dois acentos gráficos, como: *yãdé*, *yãdú*, *yãsé*, *Mapĩguarí*, *mĩbíra*, *mũdé*, *mirátã*, *morõgetá*, etc.

Mas observe-se que, apesar de a escrita se caracterizar como bastante fonética (por tudo o que já vimos), não se deve abrir espaço para exageros. Tenha-se em mente a língua portuguesa; nessa língua se fala “mãemã” e se escreve *mamãe* (com apenas uma marca de nasalidade); também se fala “banãna” (ou “bããã”) e “kãma”, mas se escreve *banana* e *cama* (porque a nasalidade nessas palavras é só fonética).¹⁶ Portanto, sugere-se escrever, em Nheengatu, apenas *mamã* (*trançar*) e não **mãmã*; *nanã* (*abacaxi*) e não **nãã*; *mimí* (*lá, ali*) e não **mímí*; *munũgara* (*irmão adotivo*) e não **mũnũgara*; *nheẽgatu* ou *nheẽgatú* (conforme a regra de acentuação adotada), mas não **nhẽẽgatu* / **nhẽẽgatú*; etc. *kirirĩ* (*silêncio*) e não **kirĩrĩ*, etc.

Critério 3 – A acentuação gráfica acompanha o comum nas ortografias hoje existentes, mas de modo coerente:

3.1. Todas as palavras oxítonas serão acentuadas na última vogal, qualquer que seja essa vogal.

Exemplos: *awá*, *iwá*, *werá*, *yepé*, *yané*, *maní*, *tukupí*, *rupí*, *rapó* (*rapú*), *xipó* (*xipú*), *yawtý* (*yawtí*), *awatí* (*awatý*), *sakú* / *rakú*, *suasú* / *çuaçú*, *musururú*, *surukukú*, *kirikirí*.

3.2. Palavras paroxítonas não levam acento gráfico, exceto nos casos em 3.3 e 3.4.

Exemplos: *pakuwa*, *pirera*, *kurupira*, *ipawa*, *kariwa*, *pituna*, *tapuya*.

3.3. Palavras paroxítonas terminadas em “i”, “y” e “u” recebem acento gráfico na penúltima sílaba.

¹⁵ Parecerista anônimo viu, nessa afirmação, uma “*normatividade implícita*” e a ideia subjacente de existir uma “*dependência entre grafia e sistema fonológico da língua como ideal*”. Não se trata de normatividade, mas de reconhecimento (para qualquer linguista que tenha aprendido boa Fonologia, com Trubetzky, Sapir ou Jakobson) que, de fato, uma ortografia “ideal” é a que for mais fiel à análise fonológica da língua (Saussure disse praticamente o mesmo, embora usando os termos Fonética e Fonologia com sinais trocados). Em outras palavras, uma escrita “ideal” é aquela que for fiel às formas fonológicas da língua (o que não confunde, é bom dizer, com a escolha da forma dos grafemas). A questão é que, “ideal”, nessa formulação, abstrai as condições reais em que uma ortografia é definida ou adotada. É apenas uma baliza a lembrar que a melhor ortografia é a que corresponde à consciência possível dos próprios falantes: falantes nativos (não treinados) de uma língua, só tem consciência dos fonemas, não das formas fonéticas (cf. Trubetzky [1933] 1981; Sapir, [1933] 1981; D’Angelis, 2013).

¹⁶ Empregam-se, nessa passagem, exemplos da língua portuguesa, porque o texto originalmente foi escrito para uso dos tradutores falantes de Nheengatu, e a argumentação para esclarecer conceitos fonológicos, ou fatos da relação entre ortografia e fonologia da língua, precisou lançar mão de informação conhecida por eles; no caso, a ortografia do português.

Exemplos: *yupíri, sikári, mukatúru, mixíri*.

3.4. Hiatos são marcados com acento gráfico na 2ª vogal.

Exemplos: *kuí, uí, mbué, mãduári*,¹⁷ *kapuámu, yuíri, pituú, nheêga* ou *nheêgawa*.

Tenha-se presente que a melhor solução – considerando distintas situações sociolinguísticas – seria adotar as mesmas regras de acentuação do português, acrescentando ao “i” e “u” tônicos finais, a vogal “y”: palavras terminadas em uma dessas três vogais não levariam acento. A grande vantagem estaria em que as crianças, ao se alfabetizarem, só teriam que aprender um tipo de regras de acentuação de palavras, útil tanto em Nheengatu como em Português. Quem trabalha no Ensino Fundamental e Médio (e quem trabalha com vestibular) sabe muito bem que uma das grandes dificuldades dos brasileiros escolarizados, na sua escrita, são exatamente as regras de acentuação. Isso já é uma dificuldade geral para falantes nativos de português, escrevendo sua própria língua materna; para falantes nativos de Nheengatu que forem alfabetizados na sua língua materna, com outras regras de acentuação, esse fato só acrescenta uma dificuldade.

No entanto, em razão da urgência de iniciar-se o trabalho para o *smartphone*, e por deliberação da equipe de tradutores, adotou-se a regra de acentuação comum às várias ortografias, atendendo ao *Princípio 2*. Havendo um momento futuro em que, com tempo e serenidade suficiente, se venha a debater a possibilidade de uma unificação ortográfica, é aconselhável que se retome a avaliação sobre adotar (ou não) regras de acentuação mais consoantes com as da escrita do português.

5. Definindo uma ortografia de trabalho

1. Consoantes NH e Y :

Pelo *Critério 1*, pareceu-nos que teríamos dificuldades de transpor uma primeira ortografia para uma outra (das ortografias alternativas), se adotássemos, de início (ortografia “de trabalho”) a ortografia que não emprega “nh”, mas somente “y”. Isso porque, quando pretendêssemos converter isso em uma ortografia que use “y” em contexto oral e “nh” em contexto nasal, uma “conversão” automática dependeria de vários passos, demandando o uso de programação mais avançada (e, mesmo assim, com risco de ocorrerem vários erros). Já o contrário não apresenta grandes dificuldades, ou seja, pode-se fazer automaticamente a substituição de toda e qualquer sequência “nh” por “y”, e rapidamente todo um vocabulário e todo um conjunto de *strings*, por mais extenso que seja, se “converte” em outro dialeto (ao menos nesse quesito).¹⁸

Feitas as discussões, no grupo, a questão estava praticamente resolvida, em favor de adotar-se “NH” diante de vogais nasais quando um dos tradutores colocou a necessidade de voltar ao tema para considerar o uso de um dígrafo alternativo: “NY”. A proposta teria circulado em grupos de *whatsapp* que conversam sobre a língua Nheengatu. Tratava-se de uma sugestão externa ao grupo, uma vez que os falantes informaram conhecer linguistas que insistem em que “NH” é “*invenção de português*”. Não parece que os tais interlocutores linguistas tenham explicado aos falantes que, se é verdade que o “NH” é “*invenção de português*”, pela mesma

¹⁷ Embora *mãduári* pareça encaixar-se na regra 3.3, a razão primeira de sua acentuação gráfica é a regra 3.4 (seria igualmente acentuado se a palavra fosse **manduáre*).

¹⁸ Se imaginarmos um *smartphone* que permitisse escolher ou alternar entre a ortografia ARN1 e a que vai aqui proposta (ou entre ARN1 e BTp, por exemplo), não seria necessário armazenar dois vocabulários distintos, para a alternância “NH”-“Y”; bastaria um vocabulário com “NH” e uma regra de substituição automática e universal daquele dígrafo por “Y”.

perspectiva também é verdade dizer que o *NY* é uma invenção norte-americana, ou para ser mais preciso: *uma invenção de missionários norte-americanos* da missão evangélica mais desrespeitosa com as culturas indígenas, que é a Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), que introduziu essa proposta de escrita na sua tradução do Novo Testamento em 1973. E não há nenhuma possibilidade de interpretação fonética que justifique tal escolha como “mais fiel” à pronúncia, porque não é. Além de não se sustentar como justificativa, por não ter base linguística, essa alternativa foi descartada em razão da “contaminação” da alternativa “NY” pelos materiais da Missão Novas Tribos, para que o projeto não fosse confundido como colaboração ou participação nas práticas daqueles missionários.¹⁹

2. Consoantes **B** e **D** :

O que aconteceu ou o que se observa nas ortografias atuais do Nheengatu foi uma reinterpretação de sequências fonéticas tais como [ãnd], [ãmb], [ënd], [ëmb], [ĩnd] etc. como sendo vogais nasais seguidas de [d] ou de [b]. Originalmente essas não eram vogais nasais, eram apenas nasalizadas exatamente pela consoante seguinte, uma pré-nasalizada /nd/ ou /mb/.²⁰ Nunca pesquisei diretamente na região, ou seja, diretamente com os falantes, para poder assegurar que isso não passa de uma mudança induzida por uma interpretação equivocada que tenha embasado as ortografias, ou se teria sido mesmo um processo de mudança da própria língua ao longo do tempo. Há, porém, uma evidência, dada pelas próprias ortografias, de que as consoantes escritas como **B** e **D** são, de fato, e ainda, consoantes pré-nasalizadas: /mb/, /nd/,²¹ e que, portanto, a vogal que as antecede não é, fonologicamente, vogal nasal, mas apenas foneticamente nasalizada. A evidência vem dos três modos distintos com que se grafam os prefixos pronominais de 3ª pessoa e de 1ª pessoa plural: “**u**” e “**ũ**” ou “**um**”; “**ya**” e “**yã**” ou “**yam**”. Vejam-se os exemplos:

ARN 1:	uikú, upurasi, urikú X ũbaú, ũbeú, ũmbuesara ²² yamuyã, yapinaitika X yãbaú ²³
ARN 2:	umunhã, urasú, uikú X ũbeubeu, umburi, umbeu yasu, yasendú, yasenui X yambeú, yambauram
BTp :	umunhã, uiku, uwewé X ũmbaú, umbué, umbeú yamunhã, yasu, yaikú X yambaú, yambué

¹⁹ Parecerista anônimo entendeu que o parágrafo introduz um “juízo de valor” que não caberia para a discussão do tópico sob análise, possivelmente por não corresponder ao que, em outra passagem do mesmo parecer, identifica como característica de “trabalho científico”. Uma “ciência” que desconsidera a realidade política e social dos fatos que analisa está, de fato, completamente fora de minha compreensão e de minha prática como cientista. Não se trata de dizer que não pratico “ciência neutra”; trata-se de alertar, a quem ainda não se deu conta, de que “ciência neutra” não existe.

²⁰ A melhor análise das pré-nasalizadas em línguas Tupi-Guarani encontra-se no trabalho de Consuelo Paiva Godinho Costa (2010), em que investiga a fonologia do Nhandewa-Guarani falado em São Paulo e Norte do Paraná. Sua análise das pré-nasalizadas vale para os 3 dialetos Guarani que ocorrem no Brasil, mas também para a grande maioria das línguas da família Tupi-Guarani.

²¹ Há uma interpretação alternativa, que toma “mb” e “nd” como realizações fonética, pós-oralizadas, de consoantes plenamente nasais /m/ e /n/, respectivamente. Prefiro a argumentação de Costa (2010), referida na nota anterior. Não haveria espaço, aqui, para discutir essas análises conflitantes.

²² Encontrei pelo menos um caso de “**ũbeusaita**” (*ensinamentos*), ou seja, a vogal marcada como nasal, e a consoante como pré-nasalizada; ainda que eu saiba que, ao escreverem, tomaram o “m” como coda silábica da primeira sílaba, isso é um indício do reconhecimento de sua existência ali (Yasú Yapurūgítá Yēgátú, 2014: 30).

²³ Encontrei também registros que podem representar inconsistências de uso, no livro citado na nota anterior, ou trazem casos específicos que necessitam análise em particular: “**yãpuka**” (p. 20), “**yãpinima**” (p. 34). Dessa última, vale registrar que em ARN2 encontramos o correspondente: “**yampinima**” (ESCOLA KARIAMÃ CONTA – UMBUESÁ 2015: 15).

NO (NBA)²⁴ : **o** munhã, **o** ikó, **o** rekó X **o** mbué
 ya munhã, **ya** só X **a** mbaú (sg: *eu como*), **yū**bué,²⁵

Está claro que o prefixo é o mesmo, em cada linha: {u-} como marca de 3ª pessoa (singular ou plural) e {ya-} como marca de 1ª pessoa do plural. O que ocorre é que nos exemplos à direita do “x”, os prefixos são nasalizados pela consoante inicial do verbo. Um /b/ ou /d/, consoantes oclusivas sonoras, não seriam capazes de produzir esse efeito; a nasalização do prefixo só se explica se tomamos aquelas consoantes como /mb/ e /nd/. Essas são, portanto, ortografias de inspiração fonética (e não fonológica), porque registram o detalhe fonético da pronúncia, de modo que escrevem um mesmo morfema (como são os prefixos pronominais) de duas formas: “u” e “ū” (ou “u” e “um”), “ya” e “yã” (ou “yam”).

Isso não significa que não se possa usar uma simples letra “b” para representar um fonema /mb/, e a letra “d” para representar um fonema /nd/. O valor de uma letra é definido no seu respectivo alfabeto. Seguindo o *Princípio 2*, que assumimos acima, deveremos usar “B” e “D” na ortografia aqui definida, ainda que isso possa sugerir uma interpretação fonológica equivocada (que não é a nossa). No entanto, isso também obriga a que sejamos sistemáticos na marcação da nasalidade da vogal que antecede aquelas consoantes dentro da palavra, e coerentes no uso da vogal nasalizada sempre, antes de B e D, nunca empregando consoante nasal.

Dizendo a “regra”, dessa forma:

- (i) antes de “b” e de “d”, dentro da palavra, a vogal antecedente *sempre* virá marcada pelo til (~), indicando nasalidade.
- (ii) antes de “b” e de “d” nunca se escreve consoante nasal (“m” ou “n”).

3. Consoante G :

Diferente de B e D, a consoante escrita com “G” não representa um fonema pré-nasalizado. As ocorrências de G na escrita do Nheengatu, têm 4 origens:

(a) são resultado da lexicalização (cristalização, “congelamento”) de uma consoante final de sílaba e de raiz de palavra, seguida do morfema {-a} que marcava os argumentos nominais no Tupi, no Tupinambá e na Língua Geral do século XVII. Por exemplo (escrevendo com a pronúncia do século XVII):

poraŋ = *bonito*
 kunhã iporaŋ = *a mulher é bonita*
 kunhã poraŋa = *mulher bonita*

Como se pode ver, no primeiro uso, acima, o adjetivo está conjugado *como um verbo* da 2ª conjugação (por isso Edelweiss 1958, a chamou de *conjugação de adjetivos*), e por isso recebe o prefixo pronominal de 3ª pessoa “i-”, sendo que a raiz termina em nasal velar /ŋ/ = “ng”. Já no segundo uso, o adjetivo compõe um sintagma nominal, e por isso recebe o sufixo nominalizador “-a”, exigido quando esse tipo de raiz está sendo usado como *nome* e não como *verbo*. É o mesmo sufixo que transforma o verbo *nheẽng* (jeẽŋ), “falar”, em um substantivo:

²⁴ Esta é a única ortografia em que os propositores optaram por escrever os prefixos pronominais como palavras independentes, separadas dos respectivos verbos. Do ponto de vista da análise linguística trata-se de equívoco. Do ponto de vista prático, considero que torna a leitura menos direta e, portanto, menos fluida.

²⁵ O exemplo *yūbué* não traz a marca pronominal da 1ª pessoa plural, mas sim o prefixo reflexivo *yu*, aqui nasalizado. O *Dicionário Nhẽẽgatú Tradicional* (Yamã et al. 2018), propõe uma diferença ortográfica entre: *yubúé* = *aprender* e *yūbué* = *rezar, orar*. No entanto, o verbo para *aprender* é a forma reflexiva do verbo *ensinar* = *mbué*. Logo, não se pode apagar a nasalidade nesse verbo, que é mesmo: *yūbué*, ou *yumbué*.

nheẽnga (jeẽŋ-a), “fala, idioma”. Portanto, qualquer palavra do Nheengatu que termine em “nga” (como *tĩga* ou *tinga*, *purãga* ou *puranga*), não sendo empréstimo, é porque resulta da cristalização daquele processo de nominalização.

(b) são resultado de um processo morfofonológico em que a consoante velar surda /k/ foi vozeada e pré-nasalizada, em um processo de derivação ou composição, quando o morfema que a antecedia terminava em uma vogal ou consoante nasal.

Ex.: jeẽŋ + katu > [nẽẽŋgatu]
 poraŋ + katu > [poraŋgatu]
 mũ + kırı > [mũŋgırı]

(c) são “resíduo” da escrita jesuítica, em que, seguindo a lição de Anchieta, os missionários optaram por registrar a vogal /i/ pela sequência “ig”.²⁶ Isso se deu especialmente por conta de contextos de fronteira de morfema em que, entre aquela vogal e a vogal seguinte, “interpunha-se” uma aproximante velar, resultando em: [iɥ]. Assim, alguns “G” em registros jesuíticos do passado, não eram senão uma tentativa de grafar a fonética de uma aproximante velar, que não era um [g], mas que na boca dos portugueses (missionários, militares, administradores e colonos) que passaram a usar e a difundir a *Língua Geral* pela Amazônia, resultou mesmo em [g], como por exemplo, na palavra *igara* (na origem: i + ara = *água + parte superior* = “em cima da água”).

(d) são a própria consoante /g/ presente em empréstimos de outra língua, especialmente empréstimos do Português, como por exemplo: *-gustari* (v. *gostar*), *gagaluna* ou *gagaiuna* (*vagalume*), *garapa* (*caldo de cana*),

Do que foi dito, é previsível que nos casos de (c) e (d), a consoante “g” não apareça precedida de vogal nasal. Nos outros casos, e atendendo ao *Princípio 2*, registraremos “G” sempre precedido de uma vogal marcada com nasalidade, dando um tratamento semelhante ao proposto para “B” e “D”, ainda que – como demonstrado – o “G” não tenha a mesma origem, quando recuamos à *Língua Geral* do século XVII.

Para concluir, seguindo ainda o *Princípio 2*, de adotar o uso corrente entre a maioria dos falantes, a consoante “G” se pronuncia sempre [g], independentemente da vogal com a qual forme sílaba. Ou seja, *não* empregaremos o recurso da escrita do Português, que usa o dígrafo “gu” diante de “e” e de “i”.

4. Consoantes P, T e K :

São três oclusivas surdas do sistema fonológico do Nheengatu, que serão escritas como tem sido nas ortografias correntes da língua: “P” = [p], “T” = [t] e “K” = [k].

No caso de “k”, significa que *não* se empregará a letra “c”, nem o dígrafo “qu”, recursos que o alfabeto do Português usa para representar aquele fonema.

5. Consoantes M e N :

São as verdadeiras consoantes nasais, no atual sistema da língua. Anteriormente já tratamos do “NH”, que embora venha a ser representado na escrita, trata-se de uma variante posicional do fonema /j/ = “Y”. “M” e “N” têm os mesmos valores da escrita como no alfabeto do Português.

²⁶ Anchieta (1595, f. 6-6v) escreveu: “*I. vogal, que em muitos vocabulos se pronuncia aspero com a garganta, bem se lhe pode escrever, g, in fine acabando-se a dicção do mesmo, i., porque compondo-se com outra dicção começada em vogal exprimitur, g. vt. j. Rio, atã, direito, composto diz jgatã, Rio direito*”.

6. Consoantes W e R :

Juntas com “Y” formam o conjunto de consoantes soantes não-nasais dessa língua. Todas as atuais ortografias em uso pelos falantes empregam essas duas letras, com o mesmo valor fonológico. O “R”, como se sabe, representa o *tepe*, que corresponde ao “erre fraco ou brando” do Português, em palavras como *arara*, *muro*, *couro* (com a diferença de que, em Nheengatu, ele pode estar no início da palavra, com a mesma pronúncia, ou seja, a mesma realização fonética).

7. Consoantes S e X :

Como se pode ver no quadro inicial comparativo, 4 das 5 ortografias atuais estudadas, empregam apenas “S” para o som do fonema /s/, em qualquer contexto. A única ortografia que alterna “S” com “Ç” o faz de modo pouco coerente (sem justificção linguística), mesmo que o faça de modo sistemático. Por essa razão, atendendo novamente ao *Princípio 2*, empregaremos sempre “S”, e sempre com o valor fonético de [s], em qualquer contexto, ou seja: em início de palavra, e em posição medial intervocálica.

Todas as ortografias atuais empregam “X”, ainda que a análise fonológica possa demonstrar que essa fricativa se origina de uma variante posicional do fonema /s/. Seguiremos também aqui o *Princípio 2*, grafando “X” em todos os casos em que, foneticamente, assim ocorra.²⁷

8. Vogal O :

Tradutores levantaram a questão de que, ao menos para um pequeno conjunto de palavras, se emprega a vogal “o” na ortografia do Baixo Amazonas (NO/NBA), sobretudo como acento diferencial. Ex.: *pukú* x *pokó*. Na ortografia do Baixo Tapajós, como assinalado no Quadro I-B, apenas em nomes próprios essa vogal é empregada na escrita; e como se vê no mesmo quadro, em ARN1 não há registro nenhum dela.

Ficou decidido que na “ortografia de trabalho” *não se vai passar a escrever* com “o” um enorme conjunto de palavras muito comuns que há décadas, ou mais de século, vem sendo pronunciadas com “u”, ainda que se saiba ter havido um “o” na sua origem. No entanto, considerando a existência de lugares onde a troca de “u” por “o”, em determinadas palavras, confundiria seu significado com o de outra palavra, decidiu-se que a letra “o” faz parte do alfabeto a ser usado. O tradutor da região de Nova Olinda preparou, para os colegas de equipe, a seguinte lista:

Palavras em NO / NBA em que se emprega a vogal “O”: *Apōga !, Bikó, Bikoroti, Bōbō, Bokó, Gapó, Gapōga, Gōgō, Gogó, Gopi, Ikó, Kawoka, Koki, Koki, Kokó, Kokoma, Koroka, Koroti, Kotó, Koyu, Maroka, Mōgetá, Monā, Monā, Mupiroka, Murutotó, Pipoka, Pipokari, Piroka, Pirokari, Pīto piroka, Pōgó, Pokó, Porōga, Porōgari, Pororoka, Potó, Poyó, Rikó, Soó, Sororina, Tokó, Toku-toku, Toró, Tóru, Woka, Ygapó.*

O uso de “O”, porém, é o daquela região específica, de modo que as outras regiões mantiveram sua escrita com “u”, exceto em algum raro caso em que, naquele contexto, caberia usar essa vogal como recurso de distinção ortográfica.

²⁷ Encontrei ao menos uma situação de oscilação (“inconsistência”) nos seguintes registros, de ARN 2, no livro “*Escola Kariamã conta/umbuesá*”: *uxuaxara* (p. 33), *usuasara* (p. 77), *suaxara* (p. 41).

6. Uma ortografia comum, de trabalho

A partir de um entendimento comum sobre as considerações acima, definiu-se uma proposta de ortografia para uso no Projeto Jupy (o projeto que colocou o Nheengatu e o Kaingang como opções de uso nos *smartphones* da Motorola – veja-se D'Angelis et al. 2021), contando com os seguintes grafemas:

A Ñ B D E Ê G I Í K M N NH P R S T U Û W X Y

Em nomes e palavras não nativas (eventualmente empréstimos), algumas ortografias vigentes atualmente admitem as seguintes letras:

O F J L Z

Quando a indicação de vogal tônica o exigir, essa ortografia também emprega os sinais de acentuação gráfica *agudo* (´) e *circunflexo* (^). Desse modo, É, Ê, Á, Ú, Ý, Í não são propriamente partes do alfabeto (e não alteram, portanto, a ordem alfabética).

Nas reuniões em que se definiu a ortografia de trabalho, ao menos uma questão morfológica foi discutida: a grafia dos sufixos nominalizadores {-sawa} e {-sara}. Aqui se dá um resumo:

Os sufixos nominalizadores {-sawa} e {-sara} foram assim registrados ao longo dos séculos de transformação do Nheengatu, em suas várias regiões de ocorrência, embora escritos com variações: Barbosa Rodrigues (1890): -çara, -çaua; Tastevin (1922): -sara, -sawa; Brandão de Amorim (1928): -sara, -saua; Stradelli (1929): -sára, -sáua.

Na região do Alto Rio Negro, possivelmente pelo contato com línguas Aruak (presentes desde antes da entrada da Língua Geral na região), o Nheengatu sofreu mudanças, na evolução da língua, perdendo as sílabas átonas finais. Com isso, transformou os dois sufixos nominalizadores em um único: -sa.

Apontamos pelo menos três razões para se empregarem as formas “completas”, {-sawa} e {-sara}, na ortografia do Projeto Jupy:

- (a) sendo essa a forma clássica, mais conservadora, de onde se originou a forma simplificada empregada no Alto Rio Negro, haveria prejuízo para as comunidades e regiões que mantêm essas formas, porque perderiam uma distinção semântica bem delimitada por esses diferentes sufixos. Em outras palavras, não há prejuízo para leitura ou entendimento dos falantes do Alto Rio Negro, se forem empregadas essas formas “plenas”, mas o contrário não acontece: haveria prejuízo na leitura e compreensão dos falantes de outras regiões (que preservam essas distinções), se a forma abreviada fosse adotada.
- (b) manter essas formas é um modo de contribuir para a sobrevivência de uma distinção semântica do Nheengatu, que foi sempre importante nas palavras derivadas por esses sufixos.
- (c) adotando as formas “plenas”, é imediata a identificação com o léxico dos vocabulários e das narrativas em Nheengatu recolhidos pelos grandes registradores do final do século XIX e começo do século XX, cujas publicações são um tesouro de informações para os falantes atuais da língua.

Na ortografia de trabalho, registrar-se-á com um único “s”. As três razões apontadas acima, que definiram o uso de {-sawa} e {-sara} naquele projeto, representam critérios igualmente importantes a serem rediscutidos, no caso de uma futura unificação ortográfica.

Sem desconsiderar, no entanto, que unificação ortográfica não significa, necessariamente, que todos os lugares empregarão exatamente a mesma escrita.

7. Conclusão

Um importante desdobramento do Projeto Jupy, ao colocar juntos, em um trabalho cooperativo, escritores, professores e tradutores de Nheengatu de diferentes regiões da Amazônia, foi o despertar para uma dupla conscientização: a da necessidade de unirem esforços em ações comuns para fortalecimento e desenvolvimento da sua língua ancestral, e a oportunidade de se afirmarem protagonistas do presente e do futuro dessa língua, exercendo seus direitos sobre ela, como propriedade imaterial dos povos originários que a falam. Disso resultou a criação da Academia da Língua Nheengatu, em 2021.

Um tema colocado já nos primeiros debates da Academia, foi a de uma possível unificação ortográfica. Como convidado ao debate, argumentei, então, que esse não deveria ser o foco inicial para a constituição da Academia, que deveria centrar-se, primeiro, em construir uma união de interesses e canais de diálogo. Passado tão somente um ano, os fatos parecem forçar a recém-criada Academia a engajar-se naquela discussão: por um lado, novas solicitações e propostas de diferentes áreas das TICs (tecnologias de informação e comunicação),²⁸ e de outro, o embate com setores acadêmicos, no qual os membros da Academia apelam a seus direitos de senhores da língua. Este é um novo momento histórico, no qual as comunidades linguísticas organizadas passam a exercer democraticamente seu protagonismo em tudo o que se refere ao seu patrimônio intelectual e cultural; algo muito mais radical e efetivo do que um “registro” burocrático de seu acervo imaterial.

O presente artigo pretendeu registrar um momento histórico importante de uma língua indígena, que lançou as bases de um novo momento, igualmente histórico e, até agora, único: o surgimento de um movimento interno de comunidades indígenas falantes de uma mesma língua, construindo um fórum para padronização do seu idioma, aos moldes das Academias de línguas do mundo ocidental, e que desde agora (ou, para ser mais preciso, desde 2021) passou a ser o canal de interlocução privilegiado (“oficial” em um sentido amplo) para se tratar da e com a língua Nheengatu.

Referências

- Amorim, Antonio Brandão de (1928). Lendas em Nheengatu e em Portuguez. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 100, vol. 154 (2º de 1926) 9-475. Rio de Janeiro: IHGB.
- Anchieta, Joseph de (1595). *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*. Coimbra: Antonio de Mariz.
- Barros, M. Cândida Drumond M.; Lessa, Antônio Luís S. (2004). Um dicionário tupi de 1771 como crônica da situação linguística na Amazônia pombalina. *SOLETRAS*, ano IV, n. 8: 40-51. São Gonçalo, RJ: UERJ.
- Barros, M. Cândida; Monserrat, Ruth M. (2015). Fontes manuscritas sobre a língua geral da Amazônia escritas por jesuítas “Tapuitinga” (século XVIII). *Confluência* 49:236-254. Rio de Janeiro: Instituto de Língua Portuguesa. <https://doi.org/10.18364/rc.v1i49.103>
- Borges, Luiz C. (1991). *A língua Geral Amazônica: aspectos de sua fonêmica*. (Dissertação de mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1991.30265>

²⁸ Em 2022, os tradutores de Kaingang e de Nheengatu para os *smartphones*, foram convidados a traduzir o LINUX, para um projeto da empresa Lenovo. Os computadores contendo aquele software, nas duas línguas, foram lançados em janeiro de 2023.

- Cardeira, Esperança (2009). A pronúncia do Português. In Alberto Pacheco (org.), *Actas do Simpósio A pronúncia do Português Europeu cantado*, pp.20-28. Lisboa: Núcleo Caravelas – CESEM – Universidade Nova de Lisboa.
- Costa, Consuelo P. Godinho (2010). *Nhandewa Aywu. Fonologia do Nhandewa-Guarani*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú.
- Cruz, Aline da (2011). *Fonologia e gramática do Nheengatú. A língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa* (Academisch Proefschrift ter verkrijging van de graad Doctor). Amsterdam: Universidade Livre de Amsterdã.
- Cruz, Cauã Nóbrega da; Ferreira, Iára Elizabeth Sousa (2020). *Nheëgatu asuí kuxiimawara kuausawa Tapajowara: Yãdé yayübué yepewasu - Nheengatu e notório saber do Tapajós: Nós aprendemos juntos*. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú.
- D'Angelis, Wilmar R. (2005). Unificação x Diversificação ortográfica: um dilema indígena ou de linguistas? In Aryon D. Rodrigues; Ana Suely A.C. Cabral (orgs.), *Novos estudos sobre línguas indígenas*, pp. 23-33. Brasília: Ed. da UnB.
- D'Angelis, Wilmar R. (2013). Fonética e Fonologia na formação de professores indígenas. *Fórum Linguístico* 10(4): 324-341. Florianópolis: UFSC. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2013v10n4p324>
- D'Angelis, Wilmar R. (2019). Línguas indígenas no Brasil: quantas eram, quantas são, quantas serão? In Wilmar R. D'Angelis (org.), *Revitalização de línguas indígenas: o que é? como fazemos*, pp. 13-26. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú; Kamuri.
- D'Angelis, Wilmar R. (2020a). *Ortografias correntes da língua Nheengatu: suas diferenças e inconsistências*. Mimeo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- D'Angelis, Wilmar R. (2020b). *CLDR – Unicode Common Locale Data Repository: como traduzirmos*. Mimeo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- D'Angelis, Wilmar R. (2020c). *Notas da reunião realizada hoje entre tradutores, revisores e o coordenador linguístico do Projeto Jupy. 14.set.2020*. Mimeo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- D'Angelis, Wilmar R. (2022). *Notas e conselhos para tradutores de línguas indígenas*. Mimeo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- D'Angelis, Wilmar R.; Oliveira, Mateus C. de; Lima Schwade, Michéli C. de Deus. (2021). Acesso ao mundo digital ou acesso digital ao mundo? *Revista Digital de Políticas Linguísticas*. Año 13, vol. 15: 134-158. Córdoba, Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, AUGM. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/36251>
- Dias, Gonçalves (1970). *Dicionário da língua Tupi. Chamada Língua Geral dos indígenas do Brasil (Tupí-Português)*. [1858]. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- Edelweiss, Frederico G. (1947). *Tupís e Guaranís. Estudos de etnonímia e linguística*. [Salvador]. Bahia: Secretaria de Educação e Saúde
- Edelweiss, Frederico G. (1958). *O caráter da segunda conjugação tupí*. Salvador: Livraria Progresso.
- Edelweiss, Frederico G. (1969). *Estudos Tupis e Tupi-Guaranis: confrontos e revisões*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira.
- Escola Kariamã Conta – Umbuesá (2015). *LEETRA Indígena*, vol.1(17). São Carlos: UFSCar – Laboratório de Linguagens LEETRA.
- Figueira, Luis, Pe. (1621). *Arte da língua brasílica*. Lisboa: Manoel da Silva.

- Freire, José Ribamar Bessa (2004). *Rio Babel. A história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica.
- Ivo, Ivana Pereira (2018). *Características fonéticas e fonologia do Guarani no Brasil*. (Tese de Doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2018.1090892>
- Leite, Yonne (1995). Estrutura silábica e articulação secundária em Tapirapé. In Leo Wetzels (org.), *Estudos fonológicos das línguas indígenas brasileiras*, pp. 151-194. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Lima Schwade, Michéli C. de Deus (2021). “Tupi” do Rio Andirá: o Nheengatu no Médio Rio Amazonas (Tese de doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641280>
- Magalhães, José Vieira Couto de (1876[1975]). *O Selvagem*. Edição comemorativa do centenário da 1ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP.
- Moreira Neto, Carlos de Araújo (1988). *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes.
- Nheengatu Tapajowara (2015). *LEETRA Indígena*, vol. 1(16) São Carlos: UFSCar – Laboratório de Linguagens LEETRA.
- Pacheco, Frantomé B.; Schwade, M. Adú; Liberato, Dime P.; Oliveira, Gilvan M. (orgs.) (2013). *Yūpinima rupiata yêga Yêgatu kuiriwara*. Manaus: EDUA.
- Rodrigues, Aryon D. (1958). *Phonologie der Tupinambá-Sprache* (Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde der Philosophischen Fakultät). Hamburgo: Universität Hamburg.
- Rodrigues, Aryon D. (1993). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA*. 9(1): 83-103. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>
- Rodrigues, Aryon D. (2007). As consoantes do Proto-Tupi. In Ana Suely A.C. Cabral; Aryon D. Rodrigues (orgs.), *Línguas e culturas Tupí*, vol. 1: 167-203. Campinas: Ed. Curt Nimuendajú; Brasília: LALI/UNB.
- Rodrigues, Daniele M. Grannier (1990). *Fonologia do Guarani Antigo*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Rodrigues, João Barbosa (1888). A Língua Geral do Amazonas e o Guarany: observações sobre o alfabeto indígena. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Suplemento ao Tomo LI, pp. 73-110. Rio de Janeiro: IHGB.
- Rodrigues, João Barbosa (1890). Poranduba amazonense, ou kochiyama-uara porandub – 1872-1887. *Anais da Biblioteca Nacional*, XIV (2), p. I-XV, 1-334. Rio de Janeiro: BN, 1890. Nova edição: Org. e apresentação: Tenório Telles. Manaus: Editora Valer, 2017.
- Sapir, Edward (1981). A realidade psicológica dos fonemas [1933]. In Marcelo Dascal (org.), *Fundamentos metodológicos da linguística, vol. II – Fonologia e Sintaxe*, pp.37-55. Campinas, SP: Ed. do Organizador.
- Seki, Lucy (2000). *Gramática do Kamaiurá. Língua Tupi-Guarani do Alto Xingu*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.
- Silva, Isabelle Braz Peixoto (2005). *Vilas de índios no Ceará Grande. Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas: Pontes Editores.
- Stefani, Giancarlo (2000). *Auatí na canoa do tempo. Um estudo de fábulas do jabuti na tradição Tupi*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Stradelli, Ermanno (1929). Vocabulários da Língua Geral Português-Nheêngatú e Nheêngatú-Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 104, vol. 158 (2º de 1928). Rio de Janeiro: IHGB.
- Tastevin, Constantino, Pe. (1922). Grammatica da lingua Tupy. *Revista do Museu Paulista*, tomo XIII, pp. 535-763. São Paulo.

Trubetzkoy, Nikolay (1981). TRUBETZKOY, Nikolay. A fonologia atual [1933]. In Marcelo Dascal (org.), *Fundamentos metodológicos da linguística. Vol. II – Fonologia e Sintaxe*, pp. 15-35. Campinas, SP: Ed. do Organizador, 1981.

Yasú Yapurũgítá Yêgatú (2014). *LEETRA Indígena*, vol. 3(3). São Carlos: UFSCar – Laboratório de Linguagens LEETRA.

Yamã, Yaguarê; Yaguakãg, Elias; Reis, Egídia; José, Mário [2018]. *Dicionário Nhêëgatú Tradicional. A língua geral da Amazônia*. Nova Olinda do Norte, AM: Movimento do Baixo Amazonas.

Yamã, Yaguarê; Yaguakãg, Elias; Reis, Egídia; José, Mário [2020]. *Dicionário e Estudo de Nhêëgatú Tradicional. A língua geral da Amazônia*. Nova Olinda do Norte, AM: Movimento do Baixo Amazonas.

CRedit – Taxonomia de papéis de colaboração acadêmica

As seções “*Definindo uma ortografia de trabalho*” e “*Uma ortografia comum, de trabalho*”, são resultado das discussões do grupo de tradutores e revisores do Nheengatu (cujos nomes constam na Nota 10) e, portanto, resultam de um esforço coletivo de entendimento e avaliação apoiado nos estudos que o autor produziu para subsidiar tais decisões. A divulgação, neste artigo, dos nomes dos tradutores e revisores, me foi expressamente autorizada por cada um deles.

Agradecimentos

O autor agradece as observações críticas de parecerista anônimo, que muito contribuiu para que diversas passagens fossem tornadas mais informativas e esclarecedoras. Divergências com o/a parecerista foram consignadas em lugares apropriados.

Declaração de conflito de interesse

O pesquisador esclarece que não há ou houve conflito de interesses. A empresa financiadora jamais interferiu na assessoria desenvolvida para os tradutores falantes do Nheengatu, não interagiu diretamente com o grupo de tradutores e revisores, e jamais propôs alterações ou direcionamentos, seja para a pesquisa bibliográfica descrita no artigo, seja para as deliberações dos falantes sobre a ortografia a ser empregada.

Contribuição do autor/autores

A responsabilidade sobre o artigo é inteiramente do autor, da concepção e produção do primeiro manuscrito à versão final, revisada após os pareceres anônimos.

Ética em pesquisa com seres humanos

Os estudos que o presente artigo sistematiza (D'Angelis 2020a, 2020c, 2022) foram produzidos como subsídio para decisões de um grupo de tradutores falantes de Nheengatu, em projeto desenvolvido com a Motorola para inserção de duas línguas indígenas em equipamentos suportados pelo sistema operacional Android 11 (SO da empresa Google para *smartphones*). Em nenhum momento ou aspecto, o trabalho com o grupo de falantes foi um trabalho de pesquisa sobre eles ou sobre seu uso da língua Nheengatu, mas uma consultoria linguística como serviço ao trabalho desenvolvido por eles.

Financiamento da pesquisa

A pesquisa bibliográfica (mencionada acima) foi parcialmente suportada financeiramente pela empresa Motorola, no âmbito da cooperação técnica autorizada pelo Departamento de Linguística da UNICAMP, ao qual o autor está filiado.

Recebido: 1/9/2022

Versão revista e corrigida: 7/2/2023

Aceito: 13/2/2023

Publicado: 23/2/2023